



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D. O. E. n.º 27.229
de 29/05/92, à pg 14
do 2.º caderno

RESOLUÇÃO N.º 2.951

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 1992,

CONSIDERANDO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 118, 119, §§ 2º E
3º, E 160 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO,

CONSIDERANDO O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO N.º 011/92, DE
13.05.92, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, PUBLICADA NO
DIÁRIO OFICIAL DE JUSTIÇA DE 18.05.92,

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO EXMO. SR. CON-
SELHEIRO PRESIDENTE, NESTA DATA, CONFORME CONSTA DA ATA DA SESSÃO ,
APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - OS VENCIMENTOS DOS CONSELHEIROS, AUDITORES,
SECRETÁRIO E SUBSECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO PARÁ FICAM REAJUSTADOS NA FORMA DA TABELA ANEXA,

PARÁGRAFO ÚNICO - FICAM MANTIDAS EM SEUS PERCENTUAIS AS
REPRESENTAÇÕES E GRATIFICAÇÕES ATUALMENTE PAGAS AOS SERVIDORES REFE-
RIDOS NO CAPUT DESTE ARTIGO,

ARTIGO 2º - OS PROVENTOS DOS INATIVOS MENCIONADOS NO
ARTIGO 1º FICAM REAJUSTADOS NOS MESMOS VALORES E DATA DOS EM ATIVIDA-
DE, INCLUINDO-SE OS ADICIONAIS E VANTAGENS DE LEI,


-CONT-



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.951

ARTIGO 3º - Os ENCARGOS DECORRENTES DESTA RESOLUÇÃO CORRERÃO POR CONTA DAS DISPONIBILIDADES ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DESTA CORTE, PARA O EXERCÍCIO DE 1992.

ARTIGO 4º - A PRESENTE RESOLUÇÃO ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO E SEUS EFEITOS FINANCEIROS RETROAGEM A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 1992.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 26 DE MAIO DE 1992.

CONSELHEIRO LAÉRCIO DEAS FRANCO

PRESIDENTE

CONSELHEIRO PAULO DOURADO

CONSELHEIRO IRIVALDYR ROCHA

CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES

CONSELHEIRO VICENTE QUEIROZ

AUDITOR ORNILIO SAMPAIO FILHO

CONVOCADO

FOI PRESENTE: PROCURADOR ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA